

Desemprego: uma questão mundial e o exemplo do DF

AB5 *Elimar Pinheiro do Nascimento**

A questão do desemprego não é da alçada do Poder local. Não apenas porque não é este quem desemprega, a não ser excepcionalmente, como porque nenhum Poder local tem os meios para resolver o problema.

O desemprego é hoje, em primeiro lugar, uma questão mundial. O intenso processo de integração econômica e de renovação tecnológica tem provocado uma diminuição sensível na criação de novos postos de trabalho e, mais grave, tem provocado, em alguns lugares, uma enorme destruição de postos de trabalho. Em alguns países ocidentais como a Espanha e a França, entre outros, as taxas de desemprego batem recordes jamais imaginados nos anos 70. Aliás, na Europa, o sonho do pleno emprego, que incentivou uma migração formidável

de mão-de-obra africana nos anos 1950/1960, morreu, transformando-se, a partir da década de 1980, no pesadelo do desemprego estrutural com o surgimento e crescimento das massas de "novos pobres". No Brasil, também o sonho do pleno emprego da época do "milagre" deu lugar, na década seguinte e na atual, ao pesadelo do aumento da pobreza e da miséria urbanas. Com um sensível crescimento da violência urbana.

O componente novo dos anos 1980/1990 é que o crescimento econômico não significa automaticamente crescimento do número relativo de postos de trabalho. Hoje, cresce-se sem criar emprego. Em consequência, o argumento de que o problema do desemprego se resolve com a simples retomada dos índices de crescimento econômico que tínhamos nos anos 1970 é retórico, senão desonesto.

O desemprego, hoje, é sobretudo

um problema nacional. Fundamentalmente porque os processos de renovação tecnológica e integração mundial incidem diferentemente em cada país e seus resultados nefastos podem ser, ou não, compensados por políticas públicas, econômicas e sociais, consistentes. As taxas de desemprego não se manifestam de forma idêntica em todos os países. Naqueles em que a dinamização econômica se associa a políticas econômicas de defesa da força de trabalho local e do mercado nacional, as taxas de desemprego se mantêm baixas. Aonde o Estado intervém para fortalecer as empresas, disseminar as inovações tecnológicas e poder competir no plano internacional, não se conhece a mazela do desemprego. Os países asiáticos, que mais têm crescido ultimamente, provam o contrário do que reza a cartilha neoliberal: quanto mais o Estado está presente, mais a economia cresce e menos desemprego

existe. O milagre asiático é o resultado de uma engenhosa parceria entre Estado, empresas e trabalhadores. O Estado investe em educação, em C&T, em infra-estrutura e facilita o crescimento das grandes e microempresas, além de criar barreiras especiais para permitir o crescimento do parque produtivo próprio.

Enquanto não temos um Estado que se porte como parceiro real do crescimento econômico nacional, enquanto estão os governantes nacionais encantados com as receitas dos grandes, que eles mesmos não seguem, resta o Poder local para amenizar o problema do desemprego. Se o desemprego não pode ser resolvido em nível local, não podem, porém, os governantes estaduais ou municipais ficarem inertes. Por isso é que assistimos ao paradoxo da ausência de política nacional e proliferação de políticas locais de combate ao desemprego.

Brasília, mais que outros locais, tem sofrido o problema do desemprego. A maturação da cidade arrefeceu o seu principal empregador privado, a indústria da construção civil, enquanto a crise do Estado diminuiu o poder aquisitivo dos funcionários públicos, impactando diretamente sobre o setor de comércio e serviços. Por isso mesmo não podemos ficar de braços cruzados. As experiências de geração de renda e emprego no Distrito Federal são admiradas no Brasil inteiro. Crédito popular para os pequenos empreendedores e qualificação profissional para os desempregados têm sido as duas principais iniciativas. No entanto, sem articulação, elas tendem a ter poucos efeitos: as microempresas criadas podem desaparecer rapidamente e o profissional qualificado, com maior expectativa de obter emprego, pode não o obter.

O grande desafio de uma política

de emprego e renda, a articulação entre as diversas iniciativas, está sendo respondido de forma pioneira pelo Governo do Distrito Federal. A proposta do Programa de Modernização Tecnológica (Promotec) tem justamente esta finalidade: articular crédito, qualificação profissional, assistência técnica e exposição ao mercado no setor que mais cria emprego - a microempresa. E a experiência-piloto está começando na Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal e a que tem o maior contingente de desempregados, por meio do CONTEC - Centro de Competitividade Tecnológica, desenvolvido pelo Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) em parceria com a Secretaria do Trabalho, o Sebrae e organizações empresariais locais.

() Secretário-adjunto da SEMATEC, responsável pela área de Ciência e Tecnologia; doutor em Sociologia pela Universidade René Descartes e professor da Universidade de Brasília.*